

Fórum faz “plantão” e cobra do presidente do Cruesp: Negociação, já!

Arrecadação segue em alta, comprometimento com salários despensa

Após o envio de dois ofícios aos reitores, em 27/9 e 4/10/2018, não respondidos até este momento, as entidades que compõem o Fórum das Seis decidiram ir até a reitoria da USP, no dia 10/10, para cobrar do reitor e presidente do Cruesp, professor Vahan Agopyan, o agendamento de uma nova negociação. Após serem comunicados da ausência do reitor no local, os representantes do Fórum foram informados por Stephanie Yukie Hayakawa da Costa, assessora de Gabinete da USP, de que os reitores fariam uma reunião do Cruesp “em breve” e que, na sequência, agendariam uma reunião com o Fórum.

As cobranças de reunião têm sido feitas por razões objetivas. Os números da arrecadação do ICMS de setembro/2018 já são superiores aos arrecadados em setembro/2017 e deverão ser maiores do que os projetados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Dados do portal da Secretaria em 10/10/2018 consolidaram a arrecadação do ICMS de setembro/2018 em R\$ 8.567.159.991,61, ou seja, 5,95% maior que a de setembro/2017. Esses resultados já consolidados atestam que no período de janeiro-setembro/2018 a arrecadação do ICMS cresceu 7,08% em relação a janeiro-setembro/2017.

A arrecadação do ICMS mês a mês no ano de 2018 têm se aproximado cada vez mais das projeções de crescimento feitas pelo Fórum das Seis e se afastado cada vez mais das estimativas excessivamente conservadoras das assessorias econômicas dos reitores. Dos R\$ 99,6 bilhões previstos pela Secretaria da Fazenda inicialmente (em que os técnicos se basearam para elaborar os orçamentos das três universidades), a previsão saltou agora para R\$ 100,2 bilhões (o que ainda está aquém do projetado pelo Fórum).

Por outro lado, em 2017, por ocasião da tramitação da LDO-2018, o Fórum das Seis conseguiu a aprovação de um parágrafo que

permitiu que as universidades passassem a receber uma fração dos valores correspondentes aos royalties do petróleo, destinados a cobrir parte da insuficiência financeira das universidades (diferença entre o que elas arrecadam com contribuições previdenciárias e o que efetivamente gastam com aposentadorias e pensões). De janeiro a setembro/2018, esses royalties somaram R\$ 129.704.962 (R\$ 38.870.138 para a Unesp, R\$ 25.913.425 à Unicamp e R\$ 64.921.399 para a USP). Esse valor ainda é muito pouco, pois representa cerca de 10% do gasto das universidades com a insuficiência financeira, que deveria ser integralmente coberta pelo governo, como manda a lei. Atualmente, a insuficiência alcança, em média, algo em torno de 21% da folha de pagamento das três universidades e, portanto, ainda é um grande problema em aberto, que exige medidas urgentes e efetivas para a sua superação, até agora não cogitadas pelo Cruesp.

Outro fato relevante: nas planilhas divulgadas pelo Cruesp, é possível constatar que está em queda o percentual de recursos que as universidades estaduais paulistas estão aplicando em folha de pagamento. De uma média de 97,41% em janeiro/2018, o comprometimento com folha em setembro/2018 ficou em 91,44%. Como mostra o quadro abaixo, a tendência de queda deve se ampliar até o final do ano. Veja o mês a mês no quadro:

% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA "ACUMULADA" S/ AS LIBERAÇÕES FINANC.					MÊS
TOTAL %	UNIVERSIDADE				
	UNESP %	UNICAMP %	USP %		
97,41	97,78	97,75	97,08	JAN	
92,35	93,64	93,92	91,06	FEV	
91,54	92,38	93,53	90,28	MAR	
92,83	93,65	94,51	91,71	ABR	
91,86	92,55	93,48	90,83	MAI	
91,69	91,92	93,17	90,95	JUN	
92,32	92,53	93,59	91,67	JUL	
91,98	92,23	93,43	91,24	AGO	
91,44	91,44	93,15	90,70	SET	
91,44	91,44	93,15	90,70	TOT.ACUM.	

Fonte: Planilha Cruesp



Representantes do Fórum são informados pela assessora Stephanie de que o Cruesp deve agendar reunião “em breve”

Negociação, já!

Ao final das negociações da data-base 2018, após cobrança do Fórum das Seis, o Cruesp concordou em “avaliar os eventuais excedentes financeiros, diante das despesas já comprometidas e que serão realizadas este ano com contratações, carreira, permanência e itens das pautas específicas, e analisar a possibilidade de concessão de novo reajuste salarial no segundo semestre.”

Para o Fórum, o cenário descrito acima já é mais do que suficiente para que os reitores agendem uma nova rodada de negociação agora. Os dados oficiais de arrecadação de ICMS evidenciam inequivocamente que os números que embasaram a argumentação do Cruesp para conceder um reajuste ínfimo de 1,5% em maio deste ano, absolutamente incapaz de repor as perdas inflacionárias dos últimos três anos, estão superados.



Pressão por mais recursos na LDO 2019
Campinas, 29/10:
Fórum convoca novo ato regional



Após a realização dos atos regionais em Marília e Araraquara, respectivamente em 17 e 18/9, o Fórum das Seis agendou nova atividade, desta vez para Campinas. Vai ser no dia 29/10, quarta-feira, com concentração às 16h, em frente à Câmara Municipal. Representantes do Fórum farão uso da palavra no chamado “Pequeno Expediente” da Câmara, em torno das 17h. Além disso, os vereadores serão convidados a assinar moção de apoio às nossas reivindicações de mais recursos para a educação pública paulista.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis enviou propostas de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019) elaborado pelo governador e em tramitação na Assembleia Legislativa de SP (Alesp), reivindicando mais verbas para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza (que mantém as ETECs e FATECs). Até o fechamento deste boletim, em 15/10/2018, ainda permanecia, na Alesp o impasse político que vem impedindo a votação da LDO-2019, que estabelece os percentuais do orçamento paulista para cada setor no ano seguinte. Tradicionalmente, ela é aprovada até o final de junho ou, mais tardar, no início de julho, precedendo o recesso parlamentar. No entanto, neste ano, segundo vários parlamentares, nada deve ocorrer antes do resultado das eleições para governador, que têm no segundo turno a disputa entre Márcio França (PSB) e João Doria (PSDB).



Nota sobre as eleições 2018

“A democracia não é defendida com posição passiva nem, muito menos, com enganosa neutralidade. Defendê-la, pelos meios disponíveis, não é comprometer-se senão com a própria democracia. Não a defender, é traição ao presente do país e às gerações que nele ainda despontam.”

O trecho acima, do jornalista Janio de Freitas (Folha de S. Paulo, 11/10/2018), é a tradução precisa e certa do convulsionado cenário político brasileiro às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais.

Conscientes de seu papel histórico de luta intransigente contra a ditadura militar (1964-1985), contra todas as formas de opressão e em defesa dos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora brasileira, os sindicatos dos servidores técnico-administrativos e docentes da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza, bem como suas representações estudantis – que compõem o Fórum das Seis – consideram que têm o dever de se posicionar publicamente sobre esta conjuntura. Não se trata, aqui, de defender esta ou aquela candidatura, este ou aquele partido. Trata-se, sim, de tomar partido entre a preservação e o aperfeiçoamento da ainda frágil democracia brasileira e o apoio a um ideário de cunho nitidamente fascista, cada uma das propostas marcada indelevelmente pelo discurso, prático político e pelo perfil ético de cada um dos candidatos. E essa disputa não abre espaço para a neutralidade.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas defende a naturalização do pagamento de um salário menor para as mulheres que realizam o mesmo trabalho que os homens, porque elas engravidam.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas adota um discurso e uma prática que banalizam a violência contra a mulher e reforçam a cultura do estupro.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas tem como proposta concreta para a segurança pública institucionalizar a pena de morte, alçando o agente policial à condição de juiz e carrasco ao mesmo tempo, num processo sumaríssimo, quando anuncia que “bandido bom é bandido morto”, atribuindo a esse servidor público o poder de definir o que é ser bandido, quem é bandido, qual deve ser a sua pena, e executá-la. E ainda inclui no seu cardápio liberar o porte de armas para o cidadão comum como parte da sua política de segurança pública.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas afirma que dará fim a todo tipo de ativismo quando chegar ao governo, colocando sob risco os sindicatos, os movimentos sociais, manifestações culturais, e sabe-se lá mais o quê.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas celebra a prática da tortura e do aniquilamento físico dos opositores durante a ditadura militar brasileira, e alça um dos seus perpetradores mais cruéis e covardes, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, à categoria de herói nacional, em cujos feitos se inclui a participação na tortura de crianças.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas defende não só o aprofundamento dos severos ataques contra os direitos sociais e trabalhistas da população – na esteira da aprovação da PEC do teto de gastos, que estancou investimentos em saúde e educação pública; da reforma trabalhista; da terceirização irrestrita; da reforma do ensino médio; da entrega das reservas do pré-sal, entre outros – mas também a banalização e a naturalização de graves ofensas aos direitos humanos representadas pelo racismo, pela misoginia, pela homofobia, pela expropriação de terras indígenas e pela aprovação explícita da prática de tortura.

O Fórum das Seis não tem dúvidas de que, para além do desfecho das eleições deste ano, a luta continuará sendo o caminho para a revogação de todas as medidas que retiraram direitos dos trabalhadores nos últimos anos, para defendermos nossos direitos sociais e trabalhistas, por mais recursos para a educação e a ciência públicas, por melhores condições de vida para todos e todas. Mas é preciso ter clara a premência da defesa do estado democrático de direito, agora, para que estas lutas possam ocorrer no futuro.

Retrocessos, não! Em defesa do estado democrático de direito!

São Paulo, 15 de outubro de 2018.